

MUDANÇAS RECENTES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO

Marlúcia Junger Lumbreras¹

Resumo

Nas últimas décadas, o mercado global tem sido regido pelos interesses de grandes corporações, funcionando como um grande oligopólio mundial onde alguns grupos dominam a maior parte do mercado e têm influenciado inclusive o mercado do Ensino Superior. Diante de tal fato, a reflexão presente neste artigo pretende analisar as recentes transformações no mercado de Ensino Superior Brasileiro, sua relação com os interesses das grandes corporações mundiais e as implicações no processo de desenvolvimento, considerando que os investimentos em educação são fundamentais para o referido processo, e que em um país de grandes contrastes, em que prevalece a desigualdade social, não se pode delegar aos interesses privados a responsabilidade pela formação dos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Ensino Superior. Rede Federal.

Introdução

No final do século XX a questão regional passou a ser vista em termos micro, atribuindo à escala local, o poder e a obrigação de se transformar em territórios atrativos à recepção de investimentos e se integrarem ao mercado global. Tais debates negligenciam as questões estruturais inerentes a cada região, banalizam as questões territoriais e desconsideram a hierarquia existente entre o local, o regional e o global (BRANDÃO, 2007). Assim, o senso comum e a literatura especializada em desenvolvimento urbano e regional passaram a proclamar que o sucesso alcançado por algumas regiões poderia ser replicado em qualquer região do planeta, bastando para tanto reproduzir os elementos que proporcionaram tal sucesso.

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense *campus*. E-mail: Itaperuna/www.iff.edu.br. Doutoranda em Planejamento Regional e Gestão da Cidade - Universidade Candido Mendes/www.ucam-campos.br/

Atualmente, observa-se que tal fato não representa a realidade, pois não só nem sempre é possível reproduzir tais elementos, como o mercado global é regido pelos interesses de grandes corporações, funcionando assim como um grande oligopólio mundial onde alguns grupos dominam a maior parte do mercado.

Nas últimas décadas, tais interesses têm influenciado inclusive o mercado do Ensino Superior, o que pode comprometer ainda mais os processos de desenvolvimento local, visto que as Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente universidades contribuem diretamente para o sistema de governança regional por meio da representação dos interesses da região, por exemplo, na área de práticas de planejamento e uso do solo; pela venda de serviços de suporte de governança; na oferta de atividades empresariais pelas próprias IES, e no apoio às comunidades no sentido de os funcionários das IES terem uma propensão em construir redes profissionais, bem como outras modalidades de redes (CHARLES; BENNEWORTH, 2001 apud PEER; PENKER, 2016).

Diante de tal fato, a reflexão presente neste artigo pretende analisar as recentes transformações no mercado de Ensino Superior Brasileiro, sua relação com os interesses das grandes corporações mundiais e as implicações no processo de desenvolvimento.

2. Capitalismo e Desenvolvimento

O capitalismo sempre foi um sistema internacional, entretanto, a integração econômica contemporânea é muito mais veloz e envolve transformações na produção, no consumo, na tecnologia e nas ideias. A realidade atual é considerada sem precedentes, demandando novas formas de governo global, visto que o processo de globalização acentua as desigualdades entre os países, bem como as desigualdades existentes no interior de cada país (KAY, 2009).

Diante da necessidade de superar tais desigualdades e integrar-se ao mercado global emerge o paradigma localista, onde a temática em torno do estudo do desenvolvimento desloca-se da escala internacional, ou nacional, para a escala local. O debate regional anteriormente centrado nas questões relativas às desigualdades, carências e racionalização do uso do solo é substituído pela

abordagem local, preocupando-se com a competitividade das regiões (PIQUET, 2007). Assim os termos *clusters*, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais de desenvolvimento local, etc. passaram a ser empregados, muitas vezes de forma banal - sem considerar as especificidades de cada região e pautados na premissa de colaboração dos agentes – e apresentados como soluções *bottom up* suficientes para romper as barreiras do desenvolvimento (BRANDÃO, 2007; FERNÁNDES, 2014).

De acordo com Furtado (2009), múltiplos modelos de desenvolvimento são construídos ignorando a dimensão histórica do processo – o que seria uma falha, pois não incluem as diferenças que ocorrem em um mesmo momento histórico. Tal fato é percebido por Brandão (2007) que ao analisar dezenas de vertentes teóricas referentes ao tema desenvolvimento local, constatou haver um paradoxo subjacente à maioria destas: tratam o local como um mero nó de uma imensa rede, ou como um espaço singular que apresenta autonomia e vantagens peculiares. Além disso, tais análises subestimam o papel de fatores exógenos e macroeconômicos (câmbio, juros, fisco, relação salarial, questões monetárias e financeiras), bem como as questões relativas à divisão social do trabalho (BRANDÃO, 2007). E tais fatores são preponderantes para se compreender o processo de desenvolvimento e as assimetrias existentes entre as regiões, visto que o que permite o dinamismo da economia capitalista é a utilização da renda revertida aos empresários, que não tem vínculo com a região, mas sim com o capital (FURTADO, 2009). Assim, a instabilidade econômica e as variações nas fortunas mundiais advêm da capacidade de fluidez e da facilidade de circulação do capital (HARVEY, 1989; SWYNGEDOUW, 1989 *apud* BENKO, 1996). O aumento da mobilidade e da disponibilidade de capital tornou as economias dos países em desenvolvimento mais dependentes do capital externo. Como consequência, cresceu sua vulnerabilidade às mudanças nos mercados mundiais e houve redução de seu espaço de manobra política. Assim, aumentou o poder de instituições financeiras internacionais ditarem políticas econômicas e sociais aos países endividados (KAY, 2009).

O sistema capitalista no Brasil, apesar de tardio, fortaleceu-se em todos os segmentos sociais, inclusive no setor educacional, notadamente na educação superior que passou a ser encarada pela lógica mercantil e privatista (BITTAR; STAPANI RUAS, 2012).

3. Mudanças Recentes no Ensino Superior Brasileiro

No Brasil, o setor de ensino superior privado obteve elevada taxa de expansão nos últimos 15 anos. Passou de 905 unidades no ano de 1999 para 2070 unidades em 2014. Ou seja, houve uma expansão no número de IES privadas de 128% (INEP, 2015). Tal oferta foi impulsionada devido às políticas governamentais que introduziram mudanças regulatórias trazidas pela promulgação da Constituição Federal de 1988 e pela Lei Nº 9.394, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB) que permitiu que fossem criadas IES com características empresariais, submetidas às mesmas obrigações fiscais e contábeis das demais empresas; pela oferta de cursos de Graduação à Distância; pela criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), do Governo Federal - cujo objetivo é conceder bolsas de estudo parciais e integrais para estudantes de IES privadas; pela implementação do programa de Financiamento Estudantil (FIES), para financiar estudantes de ensino superior; pela instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), visando assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais; pela Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação – CEBAS Educação, concedido às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de educação (SÉCCA; LEAL, 2009; CADE, 2016; RIBEIRO, 2016).

Apesar de também ter havido expansão no número de unidades que compõem a rede pública de educação superior, tal fato não ocorreu na mesma proporção. Em 1999 havia 192 unidades de educação superior públicas, em 2014 o número subiu para 298. Isto é, houve um aumento de 55%. (INEP, 2015).

Dois fatos ocorridos no ano de 2008 merecem destaque para os propósitos do presente estudo. O primeiro foi a crise financeira que teve início nos Estados Unidos e que refletiu, e ainda tem refletido, em todo o mundo. Segundo Bresser Pereira (2009) foi uma profunda crise de confiança resultante de uma cadeia de empréstimos originalmente imobiliários baseados em devedores insolventes que provocou a falência de bancos e outras empresas financeiras e trouxe instabilidade

ao mercado financeiro internacional (BRESSER PEREIRA, 2009). A partir da referida crise, instaurou-se um clima de guerra entre os economistas em virtude do colapso das certezas que dominavam a ciência econômica até então. Os adeptos do livre mercado estavam convencidos de que as medidas adotadas, desde a década de 1980, com o intuito de diminuir a intervenção do estado na economia permitiriam o equilíbrio do mercado mundial. A crise mostrou não haver “fórmulas de sucesso” para superação de crises e que o debate econômico é influenciado pelo panorama político (KRUGMAN, 2012).

O segundo fato, foi a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A referida Lei em seu Art. 7, inciso V, versa que, dentre os objetivos dos institutos propõe-se a “*estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional*”. Assim, percebe-se a clara intenção de investir na oferta de educação de qualidade visando contribuir para o desenvolvimento. Destaca-se que apesar de a Lei definir que a prioridade dos IFs é a educação profissional técnica de nível médio, ela também determina de os IFs ofertem cursos de formação inicial e continuada, cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu e strictu sensu*).

As incertezas e mudanças mundiais observadas desde o final do século XX influenciam os mercados, e o mercado de educação superior não ficou alheio a tais transformações. Desde os anos 2000, verifica-se um processo de mudanças no setor de Ensino Superior havendo uma forte tendência de crescimento das IES privadas com fins lucrativos em detrimento daquelas sem fins lucrativos, o que indica, além do crescimento orgânico das IES com fins lucrativos, uma provável migração das IES do terceiro setor para o modelo empresarial, seja de forma autônoma, seja mediante aporte de capitais de terceiros - fundos de investimentos ou outros grupos econômicos que já atuam no setor de educação superior (CADE, 2016).

Observando a Tabela 1 nota-se que entre 2008 e 2014 o número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e à distância) aumentou em

34,78%. Sendo que o percentual de aumento de matrículas nas instituições privadas (37,88%) foi superior ao das instituições públicas (26,28%). Entretanto, cabe destacar a expressiva expansão de matrículas nas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (199,73%).

Tabela 1. Variação do Número de Matrículas em Cursos de Graduação - Presencial e à Distância - segundo à Categoria Administrativa - 2008/2014²

Categoria Administrativa	Número de Matrículas		Variação entre 2008 e 2014	Variação percentual entre 2008 e 2014
	2008	2014		
Total	5.808.017	7.828.013	2.019.996	34,78%
Pública	1.552.953	1.961.002	408.049	26,28%
Privada	4.255.064	5.867.011	1.611.947	37,88%
IF e CEFET	44.027	131.962	87.935	199,73%

Fonte: Elaborado pela Autora (Com dados obtidos no MEC/INEP/DEED, 2016).

Os dados de estudo do Observatório do Ensino do Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicados pelo jornal O Estado de São Paulo (2016) mostra que os oito maiores grupos educacionais privados do País concentram mais de 25% das matrículas no ensino superior. A pesquisa se ateve às empresas de capital aberto (Anhanguera, Anima, Estácio, Kroton e Ser), dois grupos internacionais (DeVry e Laureate) e a Universidade Paulista (Unip). O percentual de universitários desses conglomerados passou de 12,8% para 27,8% do total, entre 2010 e 2014. De acordo com a pesquisa, os conglomerados já superam as matrículas da rede pública, que tem 25,1% do total (TOLEDO, 2016).

A partir de 2007 uma série de fusões e aquisições envolvendo instituições de ensino superior privadas começou a ser submetida à análise do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Entretanto, a princípio os atos de concentração não demandaram análises profundas, pois se constituíam em substituição de agente econômico, expansão dos grandes grupos do mercado para regiões onde não atuavam, ou aquisição de IES menores que resultavam em variação de participação de mercado pouco significativas, que não apontavam para a possibilidade de geração de efeitos concorrenciais negativos. Porém, a participação dos fundos de

² IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica.

investimentos no capital social de empresas de educação trouxe implicações para a análise concorrencial - aumento das concentrações de mercado decorrentes dos processos de compra de concorrentes, possibilidade de fundos terem participação em outras empresas concorrentes ou de participantes de outros estágios da cadeia produtiva capazes de gerar um processo de integração vertical com as instituições de ensino superior (CADE, 2016). Em julho de 2016, o Conselho de Administração da Estácio Participações aceitou a proposta de compra pela concorrente, a Kroton Educacional. A fusão ainda será analisada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) – entidade federal encarregada de evitar situações de monopólio (O GLOBOa, 2016).

Os processos de fusões e aquisições que vêm ocorrendo no ensino superior refletem uma tendência mundial e revelam uma orientação cada vez mais próxima das instituições de educação superior (IES) à lógica do “mercado”. Tal processo é conhecido como “capitalismo acadêmico” (EUA), como homogeneização da educação superior (Europa) e como mercantilização da educação superior pública (América Latina) (SERAFIM, 2011).

O “capitalismo acadêmico” caracteriza-se pelo engajamento das instituições de ensino superior em atividades associadas ao mercado por meio do desenvolvimento de produtos e serviços, buscando gerar rendimentos como uma fonte básica de renda em virtude da expressiva perda de suporte do Estado nas últimas décadas (SLAUGHTER; RHOADES, 2004 *apud* SERAFIM, 2011). A homogeneização da educação superior que está ocorrendo na Europa visa à padronização de normas comuns aos países membros da União Europeia. Entretanto, tal processo tem sido alvo de críticas relativas à sua excessiva centralização alegando que a reforma foi construída de cima para baixo, com pouca participação da comunidade universitária e também apontando o receio de que a universidade perca suas perspectivas de longo prazo e se afaste das referências sociais ao ter os currículos impostos pelo mercado. (DIAS SOBRINHO, 2009 *apud* SERAFIM, 2011).

Já a mercantilização da educação superior pública na América Latina é pautada na redução dos auxílios para a ciência e pesquisa, no controle seletivo do Estado na repartição de recursos financeiros, na ampliação das instituições e das

matrículas privadas, na promulgação de leis de educação superior e a criação de órgãos para avaliar as instituições universitárias (MOLLIS, 2008 apud SERAFIM, 2011).

Acompanhando a evolução do número de matrículas em cursos de graduação (presenciais e à distância) desde 2008 até 2014 (período em que se intensificaram os processos de fusões e aquisições no ensino privado e foi criada a rede federal) observa-se que as instituições privadas são responsáveis por 75% das matrículas e as instituições públicas por 25%, como mostram as Tabelas 2 e 3. Nota-se também que, apesar da expressiva expansão de matrículas nos IFs apontada na Tabela 1, no cômputo geral, os referidos institutos ainda representam uma parcela muito pequena das matrículas totais, visto que a Rede Federal ainda se encontra em processo de consolidação.

Tabela 2. Número de Matrículas em Cursos de Graduação - Presencial e à Distância - segundo a Categoria Administrativa - 2008-2010³

Categoria Administrativa	Número de Matrículas/Percentual de Matrículas				
	2008	%	2009	%	2010
Total	5.808.017	100	5.954.021	100	6.379.299
Pública	1.552.953	26,74	1.523.864	25,59	1.643.298
Privada	4.255.064	73,26	4.430.157	74,41	4.736.001
IF e CEFET	44.027	0,76	68.097	1,14	87.506

Fonte: Elaborado pela Autora (Com dados obtidos no MEC/INEP/DEED, 2016).

Tabela 3. Número de Matrículas em Cursos de Graduação - Presencial e à Distância - segundo a Categoria Administrativa - 2011-2014⁴

Categoria Administrativa	Número de Matrículas/Percentual de Matrículas							
	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Total	6.739.689	100	7.037.688	100	7.305.977	100	7.828.013	100
Pública	1.773.315	26,31	1.897.376	26,96	1.932.527	26,45	1.961.002	25,05
Privada	4.966.374	73,69	5.140.312	73,04	5.373.450	73,55	5.867.011	74,95
IF e CEFET	101.626	1,51	111.639	1,59	120.407	1,65	131.962	1,69

Fonte: Elaborado pela Autora (Com dados obtidos no MEC/INEP/DEED, 2016).

³ IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica.

⁴ IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica.

Contudo, a Rede Federal está presente em todos os estados brasileiros inclusive em municípios do interior, como pode ser observado na Figura 1. Este fato é de suma importância para o fomento ao desenvolvimento, pois a produção de conhecimento permite ao cidadão que ele faça escolhas, assim, pode-se considerar que quanto mais desenvolvida uma nação se torna, mais livres são os indivíduos que dela fazem parte, pois “a lacuna entre uma concentração exclusiva na riqueza econômica e um enfoque mais amplo sobre a vida que podemos levar é uma questão fundamental na conceituação do desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 28).



Figura 1. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Colégio Pedro II
Fonte: Rede Federal (MEC,2016).

Nas últimas décadas, a privatização da educação superior brasileira possibilitou sua rápida expansão e caminha para a consolidação de grandes oligopólios que privilegiam basicamente o lucro, quando deveria ter como preocupação central a formação humana e não o privilégio do fator econômico (BITTAR; STAPANI RUAS, 2012). Tal desafio torna-se ainda maior quando um dos principais jornais do país divulga editorial conclamando o fim do Ensino Superior gratuito no Brasil afirmando que o mesmo é um mecanismo de concentrador de renda, pois favorece apenas os ricos, de melhor formação educacional (O GLOBOb,

2016). Desconsidera totalmente as políticas públicas voltadas à expansão da oferta de vagas em instituições públicas, a implementação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como instrumento de seleção permitindo a ampla concorrência, as políticas de cotas, o PROUNI, o FIES etc., bem como os resultados que vêm sendo obtidos com tais políticas como revelam os dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2014 divulgados pelo Ministério da Educação apontam que 35% universitários em fase de conclusão de curso avaliados são os primeiros da família a entrar em uma instituição de Ensino Superior e que cerca de 65% dos estudantes que concluíram cursos superiores em 2014 têm renda familiar de até 4,5 salários mínimos, ou seja, uma família que recebe até R\$ 3.546 por mês (BRASIL, 2015).

O pleito provocado pelo citado editorial mascara os interesses e a dependência dos grandes grupos educacionais atuantes no ensino superior no Brasil, que em um contexto de estabilização da demanda de ensino superior e de acirramento da concorrência entre as instituições, credita cada vez mais a manutenção de seu crescimento a iniciativas de apoio ao estudante pobre, tais como o PROUNI e o FIES (SAMPAIO, 2013).

Considerações Finais

Considerando-se que, no campo das ideias, o neoliberalismo conseguiu o domínio da mente humana de grande parte da sociedade fazendo com que predomine a concorrência sobre a solidariedade, e que a economia mundial, as economias nacionais e as grandes empresas transnacionais geram grandes transformações - que não podem ser previstas pela ciência econômica, apenas posteriormente a mesma tenta assimilá-las sem conseguir entender e explicar tal realidade (LEIVA, 2009) – faz-se mister acompanhar e questionar o atual cenário de privatização do Ensino Superior Brasileiro, bem como a ideologia na qual o mesmo se baseia, pois os investimentos em educação são fundamentais para o processo de desenvolvimento, e em um país de grandes contrastes, em que prevalece a desigualdade social, não se pode delegar aos interesses privados a responsabilidade pela formação dos cidadãos.

Referências Bibliográficas

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 105 – 151

BITTAR, Mariluce; STAPANI RUAS, Claudia Mara. Expansão da Educação Superior no Brasil e a formação dos oligopólios - hegemonia do privado mercantil. **Eccos Revista Científica - Universidade Nove de Julho**, São Paulo, n. 29, p. 115-133 set.-dez; 2012. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/715/71524734007.pdf> >. 12 mar. 2016.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007. p. 29-55

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA. **Atos de concentração no mercado de prestação de serviços de ensino superior**. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/publicacoes-institucionais/dee-publicacoes-anexos/caderno-de-educacao-20-05-2016.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n.11. 892, de 29 de dezembro de 2008**: institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação: ciência e tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 20 maio 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise e recuperação da confiança. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 133-134, jan-mar; 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf> >. Acesso em: 12 mar. 2015.

FERNÁNDES, V. R. El desarrollo regional repensado: Más allía de La nueva oscuridad neoliberal. In: SIQUEIRA, H (org.); OLIVEIRA, A. (org.). **Planejamento, Políticas e Experiências de Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 57 – 99

FURTADO, C. Desenvolvimento Territorial. In: CRUZ, B. O.; FURTADO, B. A.; MONASTERIOM, L. (org.); ROGRIGUES JÚNIOR, W. R. (org.) **Economia Regional e Urbana**. Brasília: IPEA, 2011, p. 79 – 112

JORNAL O GLOBO. Conselho da Estácio aprova proposta de compra pela Kroton. **Jornal O Globo**. 9 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/07/conselho-da-estacio-aprova-proposta-de-compra-pela-kroton-20160709101505794047.html>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito. **Jornal O Globo**. 24 jul. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

KAY, C. Teorias estruturalistas e teoria da dependência na era da globalização neoliberal. In: MARTINS, C. E (org); VALENCIA, A. S. (org.) **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Boitempo, 2009. p. 361-389

LEIVA, Orlando Caputo. A economia mundial e a América Latina no início do século XXI. In: MARTINS, C. E (org); VALENCIA, A. S. (org.) **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Boitempo, 2009. p.135-163

MARTINS, Sofia Oliveira; AZEVEDO, Joaquim. Educação e desenvolvimento sociocomunitário pela voz de elementos-chave da comunidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1, 2015, Porto- Portugal. **Atas...** Porto: Universidade Católica Portuguesa, p. 167-179. v.2. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/12511/3/ATAS_VOL_II-4.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

PEER, Verena, PENKER, Marianne. Higher education institutions and regional development: a meta-analysis. **International Regional Science Review**, v. 39, n.2, p.228-253, 2016. Disponível em: <<http://irx.sagepub.com/content/39/2/228.short?rss=1&ssource=mfr>>. Acesso em: 21 jun.2016.

PIQUET, R. **Indústria e território no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.17 – 29

PORTAL BRASIL. **35% dos formandos são os primeiros na família a chegar à universidade**. 18 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/12/35-dos-formandos-sao-os-primeiros-na-familia-a-chegar-a-universidade>>. Acesso em:13 ago. 2016.

REDE FEDERAL. Disponível em <<http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>> Acesso em: 14 ago. 2016.

RIBEIRO, Eduardo Pontual. **Private Higher Education in Brazil: entry, exit and mergers**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

SALGADO, Eduardo. Hoje o clima é de guerra entre economistas, diz Paul Krugman. **Revista Exame**, São Paulo, v.1030, Ano 46, n. 24, p. 55- 60, dez; 2012.

Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/viviamos-em-um-paraiso-de-tolos-declara-paul-krugman/>>. Acesso em: 12 maio 2016.

SAMPAIO, Helena. **Setor privado de ensino superior no Brasil**: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/relatorio2013/Anexo_44_Texto%20para%20Livro%20Maria%20Ligia%20Barbosa.pdf> Acesso em: 13 ago 2016.

SÉCCA, Rodrigo Ximenes; LEAL, Rodrigo Mendes. Análise do setor de ensino superior privado no Brasil. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 103-156, set. 2009. Disponível em: <http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3003.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

SEN, Amartya Kumar. A perspectiva da liberdade. In: _____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 27-50.

SERAFIM, Milena Pavan. O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. **Avaliação**, Campinas-SP, v. 16, n. 2, p. 241-265, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a02v16n2.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

TOLEDO, Luiz Fernando. Só 8 grupos concentram 27,8% das matrículas do ensino superior. **O Estado de São Paulo**. 08 jun. 2016. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,apenas-8-grupos-privados-concentram-27-8-das-matriculas-do-ensino-superior,10000055857>>. Acesso em: 13 jul. 2016.